

A gloriosa Roma da Antiguidade: um olhar panorâmico acerca da história, da língua e da literatura latinas

Johne Paulino Barretoⁱ
Viviane Moraes de Caldasⁱⁱ

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão acerca da História, da língua e da literatura romanas e, de forma panorâmica, situar o latim e a literatura latina em cada período da Roma Antiga (Monarquia, República e Império). A referida pesquisa caracteriza-se como sendo de caráter explicativa, como também propõe uma revisão bibliográfica concernente à História da Roma Antiga, à língua e à literatura latinas. Com relação aos aportes teóricos, ela segue três linhas teóricas: a da História da Roma antiga - Grimal (2011), Brandão e Oliveira (2015) etc; a da literatura latina - Cardoso (2014) e Amarante (2018) e, depois, a da língua latina - Grimal, Lamaison e Noiville (1986) e Basseto (2005). Essa proposta, portanto, pode oferecer aos interessados no assunto uma sistematização a respeito do tempo-espaço do latim e da literatura latina no percurso histórico de Roma, oferecendo-lhes uma clareza sobre a vivacidade do latim.

Palavras-chave: História latina. Língua latina. Literatura latina. Olhar panorâmico.

The glorious Rome of Antiquity: a panoramic look at Latin history, language, and literature

Abstract: This article aims to contribute to a better understanding of Roman history, language and literature and, in a panoramic way, situate Latin and Latin literature in each period of Ancient Rome (Monarchy, Republic and Empire). This research is characterized as being of an explanatory character, as well as proposing a bibliographic review concerning the History of Ancient Rome, the Latin language and literature. With regard to theoretical contributions, it follows three theoretical lines: the History of ancient Rome - Grimal (2011), Brandão e Oliveira (2015) etc; that of Latin literature - Cardoso (2014) and Amarante (2018) and, later, that of the Latin language - Grimal, Lamaison and Noiville (1986) and Basseto (2005). This proposal, therefore, can offer those interested in the subject a systematization regarding the time-space of Latin and Latin literature in the historical course of Rome, offering them clarity on the vivacity of Latin.

Keywords: Latin history. Latin language. Latin Literature. Panoramic look.

Submetido em: 19 dez. 2022
Aprovado em: 03 mar. 2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Compartilha Igual 4.0 Internacional
DLCV – Língua, Linguística & Literatura

ISSN 1679-6101
EISSN 2237-0900

ⁱ Universidade Federal do Sergipe (UFS). E-mail: johne.paulino20@hotmail.com.

ⁱⁱ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: viviane.moraes@professor.ufcg.edu.br.

INTRODUÇÃO

A denominação “Roma Antiga” refere-se à maior das civilizações da Antiguidade, que surgiu na Península Itálica, na parte central do mar mediterrâneo, no século VIII a.C. Sobre sua fundação, há os registros históricos do famoso historiador romano Tito Lívio; mas a versão sobre sua fundação mitológica contada pela literatura é a mais conhecida até os nossos dias.

Roma surge e se expande através de várias conquistas militares, ascensão de reis e imperadores, normas impostas pelos Cônsules e Senado, ou seja, Roma tem uma História gloriosa de mais de dez séculos, que começa com a Monarquia (em 753 a.C.), depois se torna República (em 509-27 a.C.) e, por fim, no seu período de auge, converte-se em Império (em 27 a.C. – 476 d.C.), com a ascensão de Otávio Augusto ao poder.

Nesse ínterim, a língua oficial de Roma, o latim, e sua literatura evoluem tanto do ponto de vista do aperfeiçoamento na estrutura interna do idioma, quanto na desvinculação de imitações diretas de obras literárias gregas (helenísticas), confirmando-se como símbolos próprios de um povo conquistador. Entretanto, é no período clássico (geralmente concebido como o período que vai do séc. I a.C. a início ou meados do séc. I d.C.) que o latim e a literatura alcançam seu esplendor, com produções literárias de Catão, Plauto, Cícero, Virgílio, Horácio, Sêneca e outros, vivendo os três primeiros no período da República Romana e os três últimos no período do Império Romano.

A partir dessas reflexões, o presente artigo tem como objetivo geral contribuir para uma melhor compreensão acerca da História, da língua e da literatura romanas e, de forma didática e panorâmica, situar o latim e a literatura latina em cada período da Roma Antiga (Monarquia, República e Império). Além disso, pretendemos: (1) apresentar o latim e a literatura latina e suas fases, em cada período da História da Roma Antiga; (2) contribuir de maneira didática e panorâmica acerca das manifestações do latim e da literatura latina ao longo da História da Roma Antiga; e (3) proporcionar reflexões sobre o lugar de glória da língua e da literatura na História da Roma Antiga.

Nosso objetivo maior é, pois, oferecer aos interessados sobre o tema uma visão panorâmica e didática acerca do lugar e das várias formas de manifestação do latim e da literatura latina ao longo de toda a História da sociedade romana, haja vista que muito da Roma Antiga (língua, literatura, cultura, forma de organização politicossocial, costumes etc.) influenciou diretamente as sociedades ocidentais. Ademais, essa proposta pode oferecer aos interessados no assunto uma sistematização a respeito do tempo-espço do latim e da literatura latina no percurso histórico de Roma, oferecendo-lhes uma clareza sobre a vivacidade do latim,

nas diferentes épocas em que fora utilizado, e sobre as produções literárias dos diversos escritores que viveram nos diferentes momentos da gloriosa Roma.

Nosso intuito com esse artigo visa não só reforçar a ideia de que não se dissocia língua, literatura e história, assim como de que é importante o conhecimento da língua e a da literatura de um povo através de um olhar detalhado e sistemático para sua História, a fim de desmistificar mundos pouco conhecidos e, ao mesmo tempo, compreender melhor as atitudes da nossa atualidade que tanto têm relação com os processos iniciados no passado. Nesse sentido, espaços vazios encontrados no homem contemporâneo podem ser preenchidos por meio da cosmovisão do ontem numa estreita relação com o hoje, de modo que o futuro esteja para além do necessário e já vivido.

A ORIGEM DE ROMA E O TEMPO MONÁRQUICO: ENTRE MITOS E O PRIMITIVISMO LATINOS

Muitos foram os autores¹ que se debruçaram sobre a lenda das origens de Roma ainda no mundo grego. Em Roma, Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.), na sua obra *Eneida*², relata-nos acerca da origem mitológica da cidade, ligando-a à destruição de Troia pelos gregos: Eneias, filho de Anquises com a deusa Vênus, juntamente com seu filho Ascânio (ou Iulo), tem como destino fundar a nova Troia, que seria Roma. Após viagem conturbada, chegam ao Lácio, na Península Itálica, junto à foz do Tibre e, nesse lugar, o herói romano casa-se com a filha de Latino, rei local, e funda a cidade de Lavínio.

Ascânio, 30 anos depois, funda a cidade de Alba Longa, nos Montes Albanos, e lá reina por muitos anos. Após o reinado de Ascânio, uma dinastia de reis albanos, iniciada por Sílvio, reina até o nascimento de Roma. De acordo com Grandazzi (2010), o período dos reis albanos compreende os anos de 1184 a 753 a.C.

Uma crise dinástica ocorre quando o perverso Amúlio usurpa o trono a seu irmão Numitor e transforma a filha deste, Reia Silvia, em sacerdotiza vestal (mulher virgem

¹ A fundação mitológica de Roma é tema de algumas obras de autores gregos do séc. V a.C. Fragmentos de textos já mencionavam Eneias como o fundador de Roma – Helânicos (séc. V a.C.); Alcimos (séc. IV a.C.). Notícia Grandazzi (2010) que, mesmo antes dessa época, ainda no séc. VIII a.C., é possível encontrar na *Teogonia*, de Hesíodo, menção ao rei Lavínio. Em inícios do séc. III a.C., quando Roma começa a se destacar, Quintus Fabio Pictor, escreve seus *Anais*, em que apresenta a história romana de maneira mais detalhada. É importante mencionar Dionísio de Halicarnasso, autor de *Antiguidades Romanas*, que também trata acerca das origens romanas.

² Virgílio já era um poeta consagrado quando Augusto, o primeiro imperador romano, encomenda ao poeta uma narrativa sobre o povo romano. A epopeia romana *Eneida*, escrita em doze cantos, tem como tema principal as errâncias do herói troiano Eneias em busca de fundar uma nova Troia. A obra começa a ser escrita em 29 a.C., mas, dez anos depois, após a morte de Virgílio que será publicada. Conta a história que Virgílio, insatisfeito com o texto, queria queimá-lo, mas fora impedido de fazê-lo. A *Eneida* fora, portanto, publicada postumamente e contra a vontade do poeta.

consagrada à deusa romana Vesta), com o objetivo de, mantendo-a virgem, não gerar filhos que possam reclamar o trono para si. É esta, pois, a base da fundação mitológica da história de Roma, depois trabalhada também pelo poeta Ovídio (43 a.C. – 17 d.C.), na obra *Metamorfoses*, e pelos estudiosos da Roma Antiga, como Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso e Plutarco.

Ovídio, na sua obra *Metamorfoses*³, conta-nos que Rômulo foi o primeiro rei que fundara Roma, este da mesma linhagem de Eneias e seu filho Ascânio. Rômulo e Remo são filhos gêmeos de Reia Sílvia com o deus Marte, os quais foram abandonados em uma cesta às margens do rio Tibre a mando do seu tio Amúlio. Após a cheia, ao pé do Palatino, são encontrados por uma loba⁴ (*lupa*) que os amamenta e os protege do frio, sendo depois encontrados, nessa mesma colina, pelo pastor Fáustulo. Sob os cuidados desse pastor, os irmãos crescem, tornam-se guerreiros e voltam ao vilarejo onde seu tio, Amúlio, reinava e o destronam. Dessa maneira, devolvem o poder ao avô, e esse permite que seus netos fundem uma nova cidade perto dali, no alto do Palatino, chamando-a de Roma. Envaidecido pelo poder, Rômulo mata Remo, e torna-se o primeiro rei de Roma. Ele, de acordo com Grimal (2011), escolheu um lugar quase deserto para fundar Roma e, assim feito, povoou sua cidade por meio de alianças e festas com povos vizinhos, como sabinos e latinos, construiu templos e estátuas em homenagem aos deuses, estabeleceu leis e fortaleceu-a com muralhas. O povoamento de Roma ocorre por meio do rapto das mulheres sabinas: preocupado com a escassez da população de Roma, Rômulo organizou os Jogos⁵ em honra a Netuno, convidando também o povo Sabino para participar dos jogos. Os homens sabinos foram com suas mulheres e estas foram raptadas pelo bando de homens de Rômulo. Não se fala de estupro, nesse episódio, mas, se as mulheres foram raptadas, ou seja, levadas contra a sua vontade, é muito provável terem sido estupradas pelos homens romanos, uma vez que eram consideradas suas presas nupciais (Ov., *A.A.* I, 125).

Rômulo governou Roma por 37 anos, de 753 a 716 a.C., exercendo o papel de fundador não só no domínio militar, assim como no religioso e no social (GRANDAZZI, 2010). Sobre a sua morte, Ovídio, nas suas *Metamorfoses*, nos deixou o registro do momento em que Rômulo morre e é levado por Júpiter, a pedido do seu pai Marte, aos céus:

Tu, Rômulo, administravas a mesma justiça
a ambos os povos, quando Marte, tirando da cabeça o elmo,
assim se dirige ao pai dos deuses e dos homens:
“Pai, uma vez que o poder de Roma repousa em fundamento

³ Ov., *Met.* XIV, 805-811.

⁴ A Lupa Capitolina é uma estátua (mais ou menos do séc. VI a.C.) que representa a narrativa acerca da fundação mitológica de Roma - a figura dos gêmeos foi acrescentada à loba por Pollaiuolo, no Renascimento. Uma moeda de prata romana, de 269 a.C., também representava a lenda dos gêmeos. (PEREIRA, 2009).

⁵ Também denominados de *Consualia*.

sólido e não depende da autoridade de um chefe,
chegou a hora de concederes a teu neto a merecida recompensa
já a mim prometida e, tirando-o da terra, o estabeleceres no céu”.⁶
(OVÍDIO, *Met.* XIV, 805-811).

Gradivo percebeu que lhe eram dados os sinais do arrebatamento
a si prometido e, apoiando-se na lança, subiu, impávido,
para o carro ensanguentado a que os cavalos estavam apostos,
incitou-os com uma chibata e, cortando o ar em direção à terra,
parou no ponto mais alto do bosque do Palatino e arrebatou o filho
de Ília, quando, de modo diferente de um tirano, administrava a justiça aos
Quirites. Da mesma forma que a bala de chumbo lançada
por funda poderosa costuma derreter-se ao atravessar o céu,
assim se dissolveu aquele corpo mortal em contato com a fina atmosfera
(OVÍDIO, *Met.* XIV, 818-826).

Após a morte de Rômulo, seis reis ocuparam o trono romano durante a Monarquia: Numa Pompílio⁷ (715-673 a.C.), Túlio Hostílio (672-641 a.C.), Anco Márcio (640-617 a.C.), Tarquínio Prisco, o Antigo (616-579 a.C.), Sêrvio Túlio⁸ (578-535 a.C.), e Tarquínio, o Soberbo (534-509 a.C.), sendo os quatro primeiros, contando com Rômulo, itálicos e os três últimos etruscos. Nesse período, a sociedade romana era organizada, do ponto de vista social, por patrícios (cidadãos romanos), clientes⁹ (homens livres), plebeus (homens livres que se dedicavam ao comércio, artesanato e ao trabalho agrícola e escravos (prisioneiros de guerra)). E o principal meio de subsistência dos romanos, na Monarquia, era a agricultura, a criação de animais, sendo o trigo e a videira os produtos mais cultivados.

⁶ Todas as traduções das *Metamorfoses* são de Domingos Lucas Dias.

⁷ Considerado o fundador da “religião romana” – nada parecido com o que concebemos, hoje, como religião, uma vez que não havia um livro sagrado nem doutrina a ser seguida. De acordo com Beard (2017), os romanos realizavam rituais com o objetivo de manter a ordem entre Roma e os deuses. Atribui-se a Numa Pompílio a criação do calendário com doze meses, servindo de “referência para o rol de festas anuais, dias santos e feriados.” (BEARD, 2017, p. 103).

⁸ Criador do censo em Roma.

⁹ “O que é um cliente? Um homem livre que vem fazer a corte ao pai de família e orgulhosamente se proclama seu cliente; é rico ou pobre, poderoso ou miserável, às vezes mais poderoso que o patrono ao qual saúda. Podemos enumerar quatro espécies de clientes: os que desejam fazer carreira pública e contam com a proteção do patrono; gente de negócios cujos interesses o patrono servirá com sua influência política e com maior boa vontade se estiver associado a eles como frequentemente ocorre; pobres-diabos, poetas, filósofos que em geral vivem das esmolas do patrono (entre eles muitos gregos) e que, não sendo gente do povo, achariam desonroso trabalhar em vez de viver da proteção dos grandes; e, por fim, aqueles que são bastante poderosos para pertencer ao mesmo mundo do patrono e legitimamente aspirar a ser incluídos em seu testamento em agradecimentos a suas homenagens [...]. (VEYNE, 2010, p. 98-99). O *cliens* era obrigado a visitar seu patrono todas as manhãs (*salutatio*). Veyne (2010) afirma que a *salutatio* era um rito e não realizá-la significaria “renegar o laço de clientela”. Assim explica ele como funcionava essa obrigação matinal diária: “os visitantes fazem fila em veste de cerimônia (toga) e cada um recebe simbolicamente uma espécie de gorjeta (*sportula*), que permite aos mais pobres ter o que comer nesse dia; tanto que a gorjeta foi substituída pela pura e simples distribuição de alimentos [...]”. (VEYNE, 2010, p. 99). A vida de *cliens* e os jantares dos quais participava Marcial foram temas de muitos dos epigramas do poeta. A título de exemplo, podemos citar os epigramas III, LX; VI, XLVIII; III, XIV.

Em relação à língua latina, Amarante (2018) afirma que o latim passou, desde a origem de Roma, no século VIII a. C., até o fim da Monarquia, por duas fases, conhecidas por latim pré-histórico e latim proto-histórico. O latim pré-histórico era falado entre os séculos XI e VII ou VI a.C., a fase é anterior ao aparecimento de documentos escritos e, em meados do século VIII a.C., Roma é fundada. Já o latim proto-histórico apareceu nos primeiros documentos escritos, nas inscrições da *fibula prenestina* (séc. VII ou VI a.C.) e o Vaso de Duenos (séc. IV a.C.). Para Cardoso (2014), nesse período, os romanos falavam o latim – língua de origem indo-europeia, relativamente pobre e rústica – e, embora conhecessem a escrita por terem adaptado o alfabeto etrusco, somente a utilizavam em inscrições (algumas muito antigas, datadas dos séculos VII ou VI a.C.) que têm apenas valor filológico, linguístico e documental. A literatura, conforme a autora, achava-se ainda em fase embrionária, restringindo-se quase exclusivamente às manifestações orais.

Ainda quanto à literatura dessa fase primitiva (séc. VII a.C. – 240 a.C.), ela era predominantemente oral, ou seja, manifestava-se por meio de cânticos heroicos, religiosos, fúnebres, cantos dramatizados chamados *fesceninos*, de caráter licencioso e grosseiro, além de textos epigráficos e inscrições e sentenças em verso (predições, provérbios). Além disso, existiam, na fase primitiva, textos escritos paraliterários e protoliterários, como arquivos (ou atos), comentários, livros de pontífices, anais, leis, sentenças em verso. É desse período a *Lei das XII Tábuas*, escrito por volta de 450 a.C., um documento de valor histórico e jurídico, considerada por Wiecker (apud PEREIRA, 2009, p. 53) como a “carta de fundação do Direito Civil”.

A REPÚBLICA ROMANA: DAS CONQUISTAS POLÍTICO-MILITARES AO ENRIQUECIMENTO DA LÍNGUA E LITERATURA LATINAS

Segundo Grimal (2011), o início da República romana, em 509 a.C., foi marcado por uma crise político-militar bastante longa, um empobrecimento econômico de Roma, a decadência do comércio, aguçando, assim, um conflito entre as diferentes classes que o novo regime tornava inevitável.

Essa crise foi aguçada quando Lúcio Tarquínio – o soberbo – o último rei romano, o qual adorava o exotismo, o luxo e a riqueza, envolveu-se indiretamente em um escândalo familiar. Seu filho, Sexto Tarquínio, estupra a esposa do seu sobrinho, Lúcio Tarquínio Colatino, chamada de Lucrecia (Ov., *F.* II, 721-856; BEARD, 2017, p. 119-120). O estupro de Lucrecia é um fato histórico importante, em Roma, que marca o fim da Monarquia. Após contar

o ocorrido ao marido e ao pai, ela se mata. O rei Tarquínio (o soberbo) foi expulso do poder por Brutus (Lucius Junius Brutus), estabelecendo, por sua vez, uma nova organização política, a República.

Depois desse episódio, Brandão (2015) afirma que os patrícios organizaram uma estrutura social e administrativa, controlando a quase totalidade dos altos cargos da República e elegendo dois cônsules: Lúcio Júnio Bruto (teve o mérito de ser considerado o fundador da liberdade¹⁰ (*libertas*) republicana por ser o primeiro da lista dos cônsules) e Tarquínio Colatino (viúvo de Lucrecia), e outros importantes magistrados, sendo esses últimos os responsáveis por aplicarem as leis. Os dois cônsules eram auxiliados pelo Senado, trezentos destacados cidadãos romanos, e pela Assembleia dos Cidadãos, composta pelos ricos patrícios. É importante ressaltar que, ao contrário do regime monárquico, os cônsules republicanos eram sempre dois, eleitos por meio do voto popular e governavam por um ano, ou seja, havia o compartilhamento do poder.

Rodrigues (2015) alega que o conflito existente entre patrícios e plebeus era algo constante, na República romana. Aqueles eram os ricos e faziam parte dos altos cargos da sociedade de Roma, já estes tinham como obrigação lutar no exército, pagar impostos e não faziam parte dos altos cargos político-administrativos que havia em Roma. Entretanto, segundo o autor, os plebeus, em resposta aos poucos direitos que lhes eram garantidos, recusaram-se a participar do exército, lutaram para conquistar direitos, no Senado, como exercerem cargos na magistratura e se casarem com patrícios.

Como resultado desse conflito, os plebeus conquistam seus direitos, obtendo o Comício da Plebe (494 a.C.), a permissão do casamento com os patrícios, lei da Canuleia (445 a.C.), a lei das Doze Tábuas (450 a.C.), proibição da escravidão por dívida (326 a.C.), além da eleição dos magistrados plebeus (342 a.C.).

Enquanto esses acirramentos envolvendo Patrícios e Plebeus ocorriam, nada parecia impedir Roma de conquistar novos territórios. Assim, as conquistas militares e a expansão territorial, na República romana, estavam cada vez mais crescentes, tendo como consequência o domínio completo da Península Itálica, como a destruição e tomada de Veii (396 a.C.), de Bovianum, de Tarento¹¹, das populações itálicas do Apenino central e meridional (sendo este

¹⁰ Não é à toa que ‘*liberté*’ é uma das palavras do lema da Revolução Francesa, ocupando a primeira posição: “*Liberté, Egalité e Fraternité*”.

¹¹ A cidade de Tarento foi tomada pelos Romanos, em 272 a.C. Natural de lá, e tornado escravo, era Lívio Andrônico, considerado o fundador da Literatura Latina ao traduzir a epopeia homérica *Odisséia* para o latim (*Odissia*). Andrônico escreveu suas próprias peças e traduziu outras do grego: em 240 a.C., traduziu uma peça para ser encenada nos *Ludi Romani*.

episódio conhecido como “guerras samnitas”), da Toscana às Marcas, do Mar Tirreno ao Adriático. Mais tarde, Roma entra em três grandes guerras contra Cartago, conhecidas como Guerras Púnicas¹² (lat. ‘*punicus*’, isto é, ‘cartaginês’), cujo principal objetivo delas era o controle comercial do Mediterrâneo pelos romanos que futuramente fora chamado de *Mare Nostrum*. As guerras contra os cartagineses são um fato histórico importante acerca do domínio romano e sua expansão territorial, o que trouxe ainda mais riquezas para os romanos. Notícia Beard (2017, p. 176) afirma que, no séc. II a.C., o povo romano havia se tornado “o mais rico entre todos em seu mundo conhecido” – riqueza esta oriunda das atividades bélicas. No entanto, após perder a Batalha de Canas para Aníbal, os romanos não só tiveram uma baixa no número de homens, assim como perderam seu dinheiro.

É interessante notar que, na *Eneida* de Virgílio, mais precisamente no Canto IV que nos apresenta o envolvimento do herói Enéias com Dido (a rainha de Cartago), podemos encontrar uma suposta origem mítica da guerra entre romanos e cartagineses: ao ser abandonada por Enéias, Dido, antes de se jogar na pira funerária, o amaldiçoa¹³ e a seus descendentes – muito provavelmente tenha sido o prenúncio da Batalha de Canas, quando o general Aníbal vence o exército romano.

Após essas guerras, eles dominaram regiões do mediterrâneo ocidental (Península Ibérica, Gália) e oriental (Macedônia, Grécia, Ásia Menor). Como consequência das conquistas militares, Roma começa a viver um momento glorioso, de muito luxo e construções de casas com arquitetura esplendorosas, construção de vestuários, mudanças na alimentação, com banquetes diversificados - isso ocorreu por causa das conquistas de territórios e o contato com a cultura de outras civilizações, como a grega. Enquanto os ricos nobres, pertencentes ao Senado, usufruíam de todas essas conquistas, os plebeus, sobretudo os que estavam servindo ao exército nas guerras, voltam a Roma muito pobres e necessitados.

¹² A 1ª Guerra Púnica durou vinte anos, de 264 a 241 a.C., e terminou com o domínio romano sobre a Sicília, depois a Sardenha e a Córsega; a 2ª Guerra Púnica teve duração um pouco menor, de 218 a 201 a.C., sendo a Batalha de Canas, em 216 a.C., o confronto mais famoso em que Aníbal vence os romanos. O desfecho da 2ª Guerra Púnica é bastante conhecido devido à derrota de Aníbal e seus elefantes. A 3ª Guerra Púnica durou ainda menos, de 149 a 146 a.C., uma vez que Cartago já não era mais uma potência que oferecia perigo, tendo sido destruída pelos romanos.

¹³ Virg., *En.* IV, 382-387: “*Spero equidem mediis, si quid pia numina possunt,/ supplicia hausurum scopulis et nomine Dido/saepe uocaturum. Sequar atris ignibus absens/ et, cum frigida mors anima seduxerit artus,/ omnibus umbra locis adero Dabis, improbe, poenas./ Audiam et haec Manes ueniet mihi fama sub imos*”. Tradução: “Se os justos deuses nos ouvem, espero que um dia hás de a morte/ nas duras rochas sorver e que o nome de Dido mil vezes/ invocarás. Mesmo ausente, hei de os passos seguir-te com atros/ fachos, depois que minha alma dos membros a morte separe./ Sombra terrível, por tudo estarei. Pagar-me-ás, miserável,/ essa traição. Hei de ouvir teu clamor desde os Manes profundos”. Tradução de Carlos Alberto Nunes.

Por conta disso, de acordo com Grimal (2011), o povo e seus líderes, além dos escravos, começam a reivindicar reformas sociais urgentes, dentre as quais destacam-se as que foram propostas por Tibério Graco e seu sucessor e irmão, Caio Graco, tribunos da plebe, tentando melhorar as condições de vida da massa plebeia, como distribuição de terras e de trigos entre os camponeses plebeus e limitações ao crescimento dos latifúndios. Com isso, os conflitos estabelecidos entre os mais pobres e o Senado, acirrados pela tentativa de mudança políticossocial dos projetos dos Gracos, fizeram com que Caio Graco abandonasse Roma e, em seguida, se suicidasse.

Em 107 a.C., o general Caio Mário tornou-se cônsul, porém, anos depois, morreu esgotado pelos excessos. Após esse ocorrido, o general Cornélio Sula, em 82 a.C., assume o poder e institui um governo ditatorial, mas, em 79 a. C., é forçado a deixar o controle sobre Roma devido a seu estilo antipopular de governo, como nos afirma Grimal (2011).

Conforme Morais (2015), posteriormente à derrocada de Sula, foi instituído o Primeiro Triunvirato, que fora uma aliança informal entre os generais Marco Lácínio Crasso, Cneu Pompeu Magno e Júlio César, cabendo-lhes a tarefa de controlar Roma e suas províncias, bem como lutarem contra as revoltas internas dos escravos, as quais foram comandadas pelo gladiador Espártaco. Crasso era filho de um dos cônsules, do ano 97, apoiou o ditador Sula, dedicou-se ao aumento da sua fortuna, ficando responsável por controlar a Síria, porém é morto nesse lugar durante uma batalha. Pompeu foi um líder militar habilidoso, pertenceu ao Senado e ficou sob sua responsabilidade o domínio da Península Ibérica. Como forma de aliança política para com o general Júlio César, ele casa-se com a filha deste, Júlia, mas quando ela morre, rompe-se o pacto que havia entre os dois e, por ambos terem o interesse de assumir o poder supremo de Roma, uma grande rivalidade é estabelecida entre os dois generais. Sobre Júlio Cesar, temos a informação de que era:

um líder carismático, capaz de arrastar multidões ou de mover a devoção incondicional dos soldados, e ao mesmo tempo um político hábil e bastante culto, que se movimentava igualmente bem entre as armas e a toga [...] um comandante incontornável da antiguidade, admirado por tantos ao longo da história, entre os quais Napoleão Bonaparte; possuidor de qualidades de grande estadista, como salienta Gelzer; um “ditador democrático” segundo Canfora; enfim, uma “figura colossal”, nas palavras de Goldsworthy. Um homem desta tarimba causava já apreensão entre muitos senadores seus contemporâneos. Receavam-no como perigoso rival e pela sua ligação a política popular: toda a carreira das honras de César se fizera em conflito com aquela aristocracia conservadora que saíra reforçada da ditadura de Sula. (BRANDÃO, 2015, p. 389-390).

Após anos de luta contra os gauleses, estes chefiados por Vercingetórax, Júlio César consegue derrotá-los e, assim, conquista toda a Gália (que corresponde aos atuais países França, Bélgica e Suíça), e isso faz com que se torne o governante supremo de Roma, um ditador. César teve um papel importante na reorganização do Estado: “promulga leis, enfraquece o papel dos magistrados, controla as sociedades de publicanos, para tentar assegurar um pouco mais de justiça nas províncias, prepara uma simplificação do direito romano, cria colônias para garantir pão aos pobres e enriquecer seus ex-soldados.” (GRIMAL, 2011, p. 119). Além disso, instituiu o calendário juliano; e foi, também, autor de algumas obras - não era um escritor profissional, conforme ressalta Carpeaux (2012). Em 44 a. C., César foi assassinado, por uma conspiração, pelos membros do Senado.

César morrera, entretanto mais um dos cônsules, Marco Antônio¹⁴, que fora seu tenente e braço direito, segundo Grimal (2011), tornou-se herdeiro do seu pensamento ao lado do sobrinho-neto de César, Otávio, “que ele adotara, e que reivindicava a sucessão do ditador. Otávio tinha apenas 19 anos, mas estava imbuído de uma ambição feroz e era um político de uma habilidade demoníaca” (GRIMAL, 2011, p. 121-122). Coube a Marco Antônio o controle do Oriente, a Otávio o controle do Ocidente e a Lépido o domínio da África, formando, dessa forma, o Segundo Triunvirato. Assim sendo, o primeiro a querer a supremacia política de Roma foi Lépido, mas, por conta disso, foi destituído dos poderes de triúviro, mantendo, porém, o cargo de Pontífice Máximo até a morte, em 12 a.C. Em seguida, buscando o controle total de Roma, surge uma rivalidade entre Otávio e Marco Antônio. Esse último foi ao Egito e estabeleceu uma aliança com a rainha Cleópatra, que era mãe do filho de Júlio César, Cesário. Mais do que uma aliança política, a rainha egípcia e Marco Antônio mantinham um romance amoroso.

À vista disso, declarando ao Senado que Marco Antônio pretendia formar um império no Oriente junto com Cleópatra, Otávio conseguiu o apoio dos romanos para derrotá-lo na Batalha de Ácio¹⁵. Brandão (2015) considera que essa derrota e a ascensão de Otávio Augusto, o grande Senhor de Roma, ao poder, marcam o início do Império Romano.

¹⁴ Grimal (2011) faz uma comparação entre Marco Antônio e Otávio, ressaltando as características de ambos, sobretudo as características positivas de Antônio em detrimento das de Otávio: “soldado brilhante, é generoso, cavalheiresco, projeta grandes façanhas.” (GRIMAL, 2011, p. 123). Ao passo que Otávio apresenta “pobre figura, [é] fraco, fechado, cercado de amigos sem prestígio.” (GRIMAL, 2011, p. 123).

¹⁵ A *Batalha de Ácio* teve lugar a 2 de setembro de 31 a.C., sendo marcada pela desorganização no lado de Antônio e Cleópatra. Na confusão, Cleópatra logra romper o bloqueio imposto pela frota de Agripa e escapa para o Egito, no que é seguida por Antônio, que deixa o resto da frota e o exército nas mãos de Otávio. Um ano depois, caia Alexandria, e Antônio e Cleópatra optam pelo suicídio. Otávio concede-lhes honras fúnebres, mas executa Cesário, suposto filho de César, e Antilo, filho de Antônio. No Egito, transformado em novo celeiro de Roma, ficaram três legiões e tropas auxiliares sob o comando do prefeito Cornélio Galo, de origem equestre, que depois

Em relação à língua latina do período do início da República até o fim dela, o latim apresentou uma evolução quanto às suas estruturas internas, podendo ser dividido em latim arcaico e latim clássico. Os estudos de Harvey (1987) apontam que o latim arcaico foi utilizado entre o séc. III a.C. e o início do séc. I a.C. e está presente em antigos textos literários (Névio, Plauto, Ênio, Catão), em epítáfios e textos legais. Inicialmente pobre, de vocabulário reduzido, enriquece-se com o desenvolvimento da literatura e com a influência da cultura helênica. É do início do período uma compilação do código do Direito Romano por uma comissão composta por dez cidadãos (*decemviri*). Publicada em 451-450 a.C., a Lei das Doze Tábuas, de que se conservam fragmentos, era utilizada nas escolas romanas até o período de Cícero e sua influência se estende sobre o pensamento e o estilo literário dos romanos.

É no latim clássico, entre o início do século I a.C. e o início do Império I d.C., que são compostas as grandes obras da prosa e poesia latinas, com Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio. Trata-se de uma língua cultivada, artística, diferente do latim falado. Faz-se importante mencionar que a língua latina não era uma, mas diversa e suas variedades estão diretamente ligadas aos grupos de falantes que as utilizavam: o *sermo rusticus* referia-se ao falar dos camponeses; o *sermo castrensis* era o latim dos militares e o *sermo peregrinus* era o latim falado pelos estrangeiros. Somente após o século III a.C., quando surge a literatura em sua forma escrita, em Roma, é que aparece o *sermo litterarius* (ou *classicus*), o latim escrito, isto é, a língua utilizada nos textos literários. (BASSETO, 2005).

Cardoso (2014) apresentando-nos as fases ou as épocas da literatura latina, cita a fase helenística (ou arcaica) e a fase clássica como sendo as que estiveram presentes no período da República Romana. Essa primeira, de acordo com a autora, corresponde ao momento no qual os escritores de Roma se exercitam na produção de textos poéticos, ora procurando imitar a literatura grega, ora fazendo prisioneiros de guerra, a fim de fazê-los mestres da educação de meninos e das letras. Como exemplo disso, havia um prisioneiro romano, natural de Tarento, Lívio Andrônico, que fora responsável pela tradução da obra grega, *Odisseia*. Contemporâneo de Andrônico, existia um outro prisioneiro, Névio, natural de Campânia, que escreveu o primeiro poema épico composto originalmente em latim, conhecido por *A guerra púnica* (*Poenicum bellum*). Desenvolveu-se, nessa fase, a poesia épica e a dramática, mas a língua literária ainda apresenta traços arcaicos (de 240 a.C. a 81 a.C.), destacando-se Plauto (poesias dramáticas: comédias), Ênio (poesia épica, dramática, lírica e didática), Terêncio (poesia dramática: comédias), Lucílio (sátira) e Catão (oratória, retórica, filosofia, História e retórica).

haveria de cair em desgraça. E em Roma, fecharam-se as portas do templo de Jano, por decreto do senado, significando a paz no Império. (BRANDÃO; LEÃO, 2020, p. 19).

Já a segunda fase, a clássica, corresponde ao período de maior esplendor literário, segundo Cardoso (2014), podendo ser subdividida em três épocas, diferenciadas em suas peculiaridades: a) a época de Cícero (de 81 a 43 a.C.) – dominada, principalmente, pela figura do grande orador, o verdadeiro criador de uma língua clássica, em Roma, além de Catulo (poesia lírica), Lucrécio (poesia didático-filosófica), Varrão (sátira e erudição), César (História e oratória), Salústio (História); b) a época de Augusto (de 43 a.C. a 14 d.C.) e c) a época da dinastia dos imperadores júlio-claudianos (de 14 a 68 d. C.), sobre a qual trataremos a seguir.

NASCE O IMPÉRIO ROMANO: DA ASCENSÃO DE OTÁVIO AUGUSTO À QUEDA DO IMPÉRIO E À DECADÊNCIA DA LITERATURA LATINA

Entre os anos 43 a.C. – 235 d.C., chamados pelos historiadores de Alto Império, Roma conhece a fase mais esplendorosa que já vivenciara. Com isso, a partir de 27 a.C., Otávio reina absoluto em Roma e foi acumulando poderes e títulos, dentre eles o de Augusto¹⁶ (divino, majestoso) e o de imperador, todavia não assumiu diretamente este título e permitiu que as instituições republicanas (Senado, Comício Centurial e Tribal, etc) continuassem existindo na aparência. Acerca desse momento, Grimal (2011) noticia que,

quando Roma caíra nas mãos de Augusto, o Império se estendia de Gibraltar às margens do Mar Negro, do Pas-de-Calais até o deserto da Síria. Augusto acrescentara o Egito; sem anexá-lo oficialmente, transformara-o num vasto domínio privado do qual ele único proprietário. (GRIMAL, 2011, p. 135).

Brandão e Leão (2020) afirmam que Augusto governou Roma por 57 anos, sendo conhecido esse período por *Saeculum Augustum*, e promoveu, no seu governo, grandes reformas sociais e administrativas, bem como trouxe a Roma estabilidades política e econômica; pacificou os conflitos, evitando, assim, as guerras. Tal situação ficou conhecida como *Pax Romana*. Além disso, profissionalizou seu exército, colocou em prática projetos de construção, como pontes e sistema de esgotos, ofereceu ao povo meios de entretenimento, como as lutas de gladiadores e distribuição de alimentos (política de pão e circo); construiu templos

¹⁶ Augusto recebe, também, o título honorífico de *Pater Patriae* (Pai da Pátria), concedido a ele pelo senado. Ovídio, nos *Fastos* (Ov., F. II, 127-132), celebra a data do ocorrido, exaltando a figura do imperador, comparando-o a figura de Júpiter, o pai dos deuses: *Sancte pater patriae, tibi plebs, tibi curia nomen / hoc dedit, hoc dedimus nos tibi nomen, eques. / Res tamen ante dedit: sero quoque uera tulisti / nomina, iam pridem tu pater orbis eras. / Hoc tu per terras, quod in aethere Iuppiter alto, / nomen habes: hominum pater, ille deum.* (“Ó santo Pai da Pátria, esse nome te dão / a Cúria, a plebe e nós, os cavaleiros. / Mas antes deu-to a história, pois tarde auferiste / o título: eras pai já do universo! / O título que tens na terra, tem-no Júpiter: / dos homens é pai, e ele, dos deuses.”). Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior.

para a adoração aos deuses, inclusive ele mesmo, Augusto, considerava-se um deus e exigiu sua devoção.

Para além dessas reformas, Augusto consegue regulamentar os casamentos, ou seja, os filhos dos senadores podiam herdar de maneira mais simples, candidatar-se mais cedo e as mulheres eram incentivadas a se casarem. Em 2 a.C., o referido imperador tornou crime o adultério, como também criou leis contra a corrupção eleitoral, a fim de estabelecer a moral e os bons costumes, em Roma. Em 14 d.C., aos 76 anos, Otávio Augusto morre. Por ter tido somente uma filha, Júlia, seu trono é passado para seu enteado, Tibério, filho de sua esposa Lívia.

Conforme aponta Grimal (2011), entre os anos 14 e 192 d.C., começam quatro dinastias de vários imperadores. A primeira, conhecida como a dinastia júlio-claudiana, formada por: 1) Tibério (14-37), enteado de Augusto; 2) Calígula (37-41), sobrinho-neto de Tibério, considerado louco e perverso, executou familiares, promovia incestos e gostava de luxos, chegou a nomear seu cavalo como membro do Senado; 3) Cláudio (41-54), tio de Calígula e conhecido por perseguir e matar seus inimigos; e 4) Nero (54-68), tirano e violento, gostava das artes, sobretudo da música e do teatro. Esse período foi considerado um momento tenebroso da história de Roma, governada por uma sucessão de imperadores cruéis, cujas mortes, exceto a de Tibério, foram, também, de uma crueldade impressionante. Segundo relato de Suetônio, Tibério morreu de doença aos 78 anos de idade (Suet., *Tib.*, LXXIII); há duas versões para a morte de Calígula: ou foi atingido no pescoço pelas costas por Quereia, ou sua mandíbula foi quebrada também por Quereia, tendo vivido apenas 29 anos (Suet., *Cal.*, LVIII); Cláudio foi envenenado aos 64 anos de idade e não se sabe ao certo quem o assassinou (Suet., *Claud.*, XLIV); e Nero suicidou-se aos 33 anos de idade, cravando um ferro na garganta, depois de ter fugido e recebido uma mensagem de que era inimigo público do Senado e seria castigado (Suet., *Ner.*, XLIX).

A segunda dinastia, a dos Flávius (69-96), foi formada por Vespasiano, italiano de classe média, que reergueu a cidade romana que fora queimada e deu início à construção do Coliseu, e seus filhos, Tito, cujo governo foi marcado por pestes e destruição, a exemplo da destruição de Pompeia pelo vulcão Vesúvio, e Domiciano que concluiu a construção do Coliseu.

A terceira dinastia, a dos Antoninos (96-192), foi composta por Nerva, Trajano, Adriano, Marco Aurélio, Antonino Pio (o piedoso) e Cômodo. Para Grimal (2011, p. 161), todos eles são considerados como príncipes mais perfeitos, justos, os mais dignos, transmitindo o poder a adotivos. Já a quarta e última dinastia, a dos Severos, foi formada por Sétimo Severo (africano e, com ele, o poder de Roma passa para os sírios), Caracala (segundo filho de Sétimo

Severo), Heliogábalo (sucede Caracala e foi ele responsável por deixar Roma com grandes características orientais) e Severo Alexandre (após seu reinado, Roma caiu na anarquia).

Toda essa anarquia, somada aos gastos públicos em excesso para sustentar a estrutura administrativa e militar, além do aumento dos impostos, crescimento da pobreza entre os plebeus, comerciantes e camponeses, pressão dos bárbaros, que constantemente invadiam as fronteiras, e os ataques dos mercenários à cidade romana, tudo isso fez com que o Império chegasse ao seu fim, sendo chamado esse período, pelos historiadores, de baixo Império (235-476). Man (2020) certifica-nos de que, nessa fase final do Império, as religiões não-cristãs foram muito mais cultuadas, na administração de Dioclesiano (235-305), e este dividiu o governo do grande Império entre quatro imperadores (tetrarquia) para facilitar a administração. Em seguida, de acordo com o autor, nos anos 306 a 476, Constantino muda a capital do Império para o Oriente, remodelando a antiga Bizâncio (cidade fundada pelos gregos), fundando Constantinopla, situada às margens do Bósforo. Nesse período, ele concedeu liberdade religiosa, através do Edito de Milão, aos cristãos, e o Cristianismo, então, torna-se reconhecida como religião oficial por esse imperador. O Império Romano do Oriente, portanto, sobreviveu até 1453, ano em que os turcos conquistaram Constantinopla.

Foi nesse período do Império romano que a língua latina, chamado de latim clássico, chegou ao seu esplendor, ou seja, nos “séc. I a.C. a I d.C., que são compostas as grandes obras da prosa e poesia latinas: Cícero, Virgílio, Horácio, Sêneca, Tito Lívio, dentre outros. Trata-se de uma língua cultivada, artística, diferente do latim falado. Já entre séculos I a V d.C., chamado de latim pós-clássico, “a língua começa a perder a pureza e a perfeição do período clássico. Diminui a distância entre a língua literária e a falada. Já se prenuncia a dialeção que dará origem às línguas românicas.” (AMARANTE, 2018, p. 35). Segundo Grimal, Lamison e Noiville (1986), é nesse período, o cristão, sobretudo a partir do século III de nossa era, que se destacam as produções literárias de Tertuliano, Sto. Agostinho, S. Jerônimo, dentre outros.

Entretanto, acerca do latim, sobretudo o vulgar, é importante afirmar que:

Ao lado da língua escrita ou literária existia uma língua falada, bem mais livre, que nos é conhecida, sobretudo, pelos textos não literários e pelas inscrições. Essa língua se transformava mais rapidamente que a outra. Foi ela que deu origem às línguas românicas (português, espanhol, catalão, provençal, francês, rético, dalmático e romeno). Sua influência se exerceu sobre certos autores, em tal ou qual de suas obras, por exemplo na Correspondência de Cícero, que admite construções sintáticas banidas dos discursos ou tratados. Ela se torna preponderante a partir da época cristã. (GRIMAL; LAMISON; NOIVILLE, 1986, p. 6).

Já no caso da literatura latina do período de Augusto até o fim do Império, Cardoso (2014) lembra-nos de que existiram a fase clássica e a fase pós-clássica. Na fase clássica da literatura, a autora subdivide as produções literárias a partir de três peculiaridades: (a) em produções da época de Cícero (essa fase já foi vista na seção três desse artigo); (b) em produções da época de Augusto (43 a.C. a 14 d.C.) – é o momento no qual a poesia atinge seu apogeu, a serviço da política, destacando-se Virgílio (poesia lírico-pastoril, didática e épica), Ovídio (poesia elegíaca, didática e épica), Horácio (sátira, poesia lírica e epistolografia), Tibulo (poesia elegíaca), Propércio (poesia elegíaca), Tito Lívio (História), Vitruvius (erudição) e Sêneca, o Retor (retórica) e, por fim, (c) em produções da época dos imperadores Júlio-claudianos (de 14 a 68 d.C.) – a literatura ainda floresce, mas já se apresenta à decadência, sobressaindo as produções de Fedro (poesia didática: fábulas), Sêneca, o filósofo e o Retor (tragédia, retórica, Filosofia e epistolografia), Sílio Itálico (épica), Lucano (épica), Pérsio (sátira) e Petrónio (narrativas de costumes).

No que se refere à fase pós-clássica da literatura latina, que vai da morte de Nero (68 d.C.) à queda do Império do Ocidente (século V), essa fase corresponde a duas épocas distintas: (a) a época neoclássica (de 68 ao final do século II, abrangendo os governos dos imperadores flavianos e antoninos), quando ainda se encontram figuras literárias importantes no campo da prosa científica, da retórica, da história, da epistolografia e até mesmo da poesia, destacando-se Marcial (epigramas), Estácio (poesia épica e lírica) e Juvenal (sátira); (b) a época cristã, que, iniciando-se no fim do século II, estende-se até o século V. Então, a literatura pagã começa a ser pouco produzida, enquanto a literatura cristã começa a crescer, surgindo, assim, obras históricas, morais e teológicas dos escritores da igreja, a exemplo das produções de Aulo Gélcio (erudição), Minúcio Félix (apologética), Tertuliano (oratória), São Cipriano (filosofia e epistolografia), Santo Ambrósio (oratória), São Jerônimo (crônica e biografia), Santo Agostinho (filosofia e oratória), Prudêncio (poesia lírica) São Paulino de Nola (poesia lírica), Claudiano (poesia lírica) e Sidônio Apolinário (poesia lírica).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aristóteles, em sua *Poética*, afirma que, para que a mimese se efetivasse, era preciso haver técnicas, juntamente com a invenção e a criatividade da realidade exterior (verossimilhança) por meio da linguagem. Em outras palavras, a mimese para ele, é a representação – exploração – da realidade construída pelo autor, ou seja, “imitar é natural nos homens” (Arist., *Po.*, 1448b 4). Partindo dessa ideia, podemos observar que a evolução da

língua e da literatura latinas são reflexos das conquistas e expansões político-territoriais dos romanos.

Com isso, quanto mais Roma crescia do ponto de vista político-econômico-militar, ao longo da História, mais consistentes, desenvolvidas e influenciadas por outras civilizações, como a grega, estavam sua língua e sua literatura, uma vez que, para os romanos, representar/imitar a realidade era reflexo das conquistas e do poder obtidos por meio da honra dos cidadãos romanos e, muitas das vezes, sob ajuda dos deuses.

Nesse sentido, segundo Furlan (2006), o latim e a literatura latina oferecem ao mundo contemporâneo produções bibliográficas (desde os aspectos filológicos, literários e linguísticos) e instrumentos concretos auxiliares que ajudariam no aperfeiçoamento da organização social atual e das suas diversas áreas, como a Ciência, o Direito, a Teologia, os estudos linguísticos diacrônicos, as literaturas de língua neolatina, até mesmo a compreensão de uma língua hipotética primitiva, o indo-europeu.

Portanto, mais do que técnicas e imitação da realidade, podemos afirmar que o latim e a literatura latina eram a manifestação concreta da riqueza, do poder e do prestígio de Roma. Nesse sentido, olhar para a História da Roma antiga é compreender que o latim e a literatura latina ocupam lugares de glórias e conquistas de um povo desbravador, isso porque os romanos, desde sua formação, nos primórdios monárquicos, já carregam em si a ideia de bravura, heroísmo e conquistas por excelência, a fim de mostrarem ao mundo que foram grandes representantes da humanidade, porque assim quiseram. Outrossim, foram legitimadores de uma organização politicossocial que influenciou não só o passado, mas também nosso presente, bem como são autores de uma língua e literatura que revelam “o temperamento de um povo que desempenhou papel decisivo na História do Ocidente.” (FURLAN, 2006, p. 37).

REFERÊNCIAS

AMARANTE, José. *Latinitas: uma introdução à língua latina através dos textos*. Salvador: EdUFBA, 2018.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução e notas: Ana Maria Valente. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas*. Volume I. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

- BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma Antiga*. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta, 2017.
- BRANDÃO, José Luís. Da Monarquia à República; A primazia de César: do “1º Triunvirado” aos idos de março. In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. (org.). *História de Roma Antiga*: volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2015.
- BRANDÃO, José Luís; LEÃO, Delfim F. O principado de Augusto. In: BRANDÃO, José Luís; LEÃO, Delfim F. (org.). *História da Roma Antiga*: volume II: Império romano do Ocidente e romanidade hispânica. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2020.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- CARPEAUX, Otto Maria. *A literatura greco-latina por Carpeaux*. São Paulo: Leya, 2012.
- CART, A; GRIMAL, P.; LAMAISSON, J.; NOIVILLE, R. *Gramática latina*. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *A língua e a literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- GRANDAZZI, Alexandre. *As origens de Roma*. Tradução: Christiane Gradwohl Colas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. Tradução: Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina*. Tradução: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- OVÍDIO, *Metamorfoses*. Tradução, introdução e notas: Domingos Lucas Dias. São Paulo: Editora 34, 2017. Edição bilíngue.
- OVÍDIO. *Fastos*. Tradução: Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MAN, Adriaan. Dioclesiano e Constantino. In: BRANDÃO, José Luís; LEÃO, Delfim F. (org.). *História da Roma Antiga*: volume II: Império romano do Ocidente e romanidade hispânica. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2020.
- MARTINS, Maria Cristina. A língua latina: sua origem, variedades e desdobramento. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 36. set./dez, 2006.
- MORAIS, Rui. De Sula ao “1º Triunvirado”: o legado de Crasso e Pompeu Magno. In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. (org.). *História de Roma Antiga*: volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2015.

MONTEIRO, João Gouveia. Expansão do Mediterrâneo: as Guerras Púnicas. *In*: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. (org.). *História de Roma Antiga*: volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2015.

PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Tradução: Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de história da cultura clássica*: volume II. Cultura Romana. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

RODRIGUES, Nuno Simões. Dos “conflitos de ordens” ao Estado patricio-plebeu. *In*: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. (org.). *História de Roma Antiga*: volume I: das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2015.

SUETÓNIO. *Os doze Césares*. Tradução e notas: João Gaspar Simões. Lisboa: Biblioteca editores Independentes, 2006.

VEYNE, Paul. (org.). *História da vida privada I: Do Império Romano ao ano mil*. Tradução: Hildegard Feist. 2. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

VIRGÍLIO. *Eneida*. 2. ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2016. Edição bilíngue.